

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2019.

OF. PRES. Nº. 77/2019

Assunto: Solicita reunião urgente para discutir as Datas-Bases 2018/2019.

Ao
Excelentíssimo Senhor
Des. Nelson Missias
DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O **SERJUSMIG – SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, vem, em razão da publicação da Nota oficial do Governo de Minas Gerais (cópia anexa), em que confirma o compromisso firmado com os representantes das forças de segurança, garantindo a eles, ao final, o reajuste de 41,77%, reiterar a solicitação do agendamento URGENTE de reunião entre V. Exa. com representantes deste sindicato, para tratar sobre a data-base relativa ao ano de 2018 e no de 2019 dos Servidores do Judiciário mineiro.

Vale ressaltar que já superamos outras questões para que as discussões do percentual a ser concedido aos servidores da Casa fossem iniciadas, tais como: publicação do Relatório de Gestão Fiscal, com demonstrativo da Despesa com Pessoal, referente ao 2º quadrimestre do ano de 2019, que apontou o índice de 5,18 (cinco vírgula dezoito) do comprometimento das despesas de pessoal do Tribunal de Justiça em relação à Receita Corrente Líquida do Estado, bem como a atual interpretação do Tribunal de Contas do Estado-TCE/MG, que possibilita margem orçamentária suficiente para negociação e concessão das Datas-Bases 2018 e 2019,

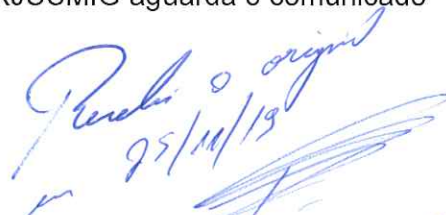
Frise-se, ainda, que em acordo entabulado recentemente entre as lideranças da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, restou superada a questão do pagamento do 13º salário do funcionalismo estadual vinculado ao Poder Executivo, não havendo mais entraves políticos e/ou orçamentários para o envio do projeto de lei para concessão das datas-bases dos servidores do Poder Judiciário Mineiro.

Certo de que o assunto mereça atenção de V.Exa. o SERJUSMIG aguarda o comunicado do dia e horário para realização da reunião.

Atenciosamente,



Rui Viana da Silva
Presidente



25/11/19
TJ-699-9

* maquiagem total: 41,77.

segue anexo nota fiscal oficial do governo

completar o Eduardo



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

NOTA

Após diálogo cordial com representantes das forças de segurança em Minas Gerais, o Governo estadual firmou compromisso com a categoria, para atender a pontos importantes discutidos anteriormente, encerrando assim as negociações. Em reunião na manhã desta quarta-feira, chegou-se ao acordo:

- 1) Em relação à compensação das perdas inflacionárias da segurança pública desde 2015, ficou firmado o seguinte calendário e percentuais: 13% na folha de pagamento de julho/2020, 12% na folha de pagamento de setembro/2021 e 12% na folha de pagamento de setembro/2022;
- 2) Pagamento integral do abono fardamento na folha de abril/2020;
- 3) Envio para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, até o dia 03 de fevereiro de 2020, do projeto de lei que viabilizará a recomposição salarial, em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal;
- 4) O fim do parcelamento do salário dos servidores das forças de segurança a partir de dezembro/2019;
- 5) Caso não ocorra a operação do nióbio, o pagamento do décimo terceiro salário da segurança pública será feito em três parcelas: 21 de dezembro/2019, 21 de janeiro/2020 e 21 de fevereiro/2020.

Participaram de reunião, na manhã dessa sexta-feira os secretários de Planejamento, Otto Levy, de Governo, Bilac Pinto, de Justiça e Segurança Pública, General Mário Lúcio de Araújo, além do Coronel Rodrigo Souza, chefe do Gabinete Militar, Coronel Giovanne Gomes da Silva, Comandante-geral da Polícia Militar, Coronel Edgard Estevo, Comandante-geral do Corpo de Bombeiros, delegado-geral Wagner Pinto, Chefe da Polícia Civil, Chefe do Estado Maior da PMMG, Coronel Marcelo Fernandes, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário, Rodrigo Machado, Subsecretário de Atendimento Sócio Educativo, Bernardo Pinto, além de parlamentares e representantes das entidades de classe.

O Governo de Minas reitera o apreço pelo trabalho desenvolvido pelas forças de Segurança Pública que resultou na redução dos 12 indicadores de crimes violentos no Estado, dentre outras importantes entregas realizadas pela categoria.

Governo do Estado de Minas Gerais